

Valor Econômico, 05 de Dezembro de 2022

Incertezas sobre PEC e gastos põem no radar dívida pública de 90% do PIB

Pelos termos inicialmente propostos, PEC da Transição pode elevar indicador em até cinco pontos percentuais no ano que vem

Por: Estevão Taiar

Mesmo com aliados do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aceitando diminuir o tamanho da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, a dívida pública deve continuar em forte trajetória de elevação nos próximos anos.

Fatores como a ausência de um novo arcabouço fiscal, o montante de despesas novas fora do teto de gastos e a perda de força da arrecadação tendem a continuar pressionando o endividamento público. Somente a PEC da Transição nos termos inicialmente propostos elevaria a dívida pública entre quatro ou cinco pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) apenas em 2023. O cálculo é de Affonso Celso Pastore, sócio da consultoria A. C. Pastore & Associados e ex-presidente do Banco Central (BC).

Na sexta-feira, o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes, afirmou que novas despesas de R\$ 150 bilhões fora do teto representam “o mínimo do mínimo” necessário para recompor o Orçamento. O texto original da PEC prevê que o

montante será de R\$ 198 bilhões. Lopes também lembrou que há divergências dentro da base aliada a respeito da duração do texto: dois ou quatro anos.

A dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador de endividamento público, foi de 76,8% do PIB em outubro. Apesar da queda a partir do início do ano passado, o índice ainda está mais de dez pontos percentuais acima da média dos emergentes (65,1% do PIB), de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em uma conjuntura tão incerta, o economista afirma que a avaliação de um cenário-base perde importância. Mesmo assim, no cenário principal da Genoa, que considera anualmente R\$ 175 bilhões a mais de gastos fora do teto, a DBGG subiria de 74% no fim de 2022 para 82,1%, em 2026. Em 2030, alcançaria 86,5%.

Em relatório na sexta-feira, o economista-chefe do Banco Alfa, Luis Otávio de Souza Leal, disse que R\$ 200 bilhões de gastos anuais fora do teto elevariam a DBGG entre 12 pontos e 15 pontos percentuais em quatro anos, “para algo ao redor de 90%”. Segundo ele, “algo ao redor de R\$ 140 bilhões já seria mais que suficiente para cumprir com todas as promessas de campanha”, incluindo o Bolsa Família de R\$ 600 e o adicional de R\$ 150 por criança até seis anos de famílias no programa.

Armando Castelar, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), lembra que a trajetória da dívida pública depende basicamente de três variáveis: resultado primário (receitas menos despesas), gastos com juros e desempenho do PIB.

“O resultado primário está totalmente em aberto”, diz, lembrando também das premissas incertas ligadas à PEC.

Link para a matéria original:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/12/05/incertezas-sobre-pec-e-gastos-poem-no-radar-divida-publica-de-90-do-pib.ghtml>